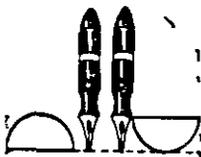


Efeitos da crise na Constituinte

O PMDB elegeu Saulo Ramos, consultor-geral da República, como inimigo nº 1 da



Constituinte. "É preciso que o partido peça ao presidente José Sarney a demissão desse homem" — sugeriu ontem pela manhã o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, durante a reunião da Executiva do partido. Sempre moderado, silencioso na maioria das vezes em que é estimulado por seus companheiros a adotar posições extremadas, o deputado Ulysses Guimarães não se conteve:

— Este assunto terá que ser abordado aqui e agora.

Ulysses não escondeu sua irritação com o consultor-geral da República — amigo de mais de 20 anos do presidente Sarney e uma das vozes hoje mais influentes dentro do Palácio do Planalto. No início desta semana, Saulo atacou duramente a Constituinte em um programa de televisão. Ao fazê-lo, confirmou uma postura que adotou há, pelo menos, três meses — desde que o deputado Bernardo Cabral divulgou seu primeiro projeto de Constituição. Saulo considerou o projeto, simplesmente, um horror.

Não gostou do segundo projeto de Cabral e, sempre que pode, crítica as decisões que vêm sendo

tomadas no âmbito da Constituinte. "Sarney, ultimamente sobre a influência negativa de três pessoas: do Prisco Viana, do Antônio Carlos Magalhães e do Saulo Ramos", confidenciou Ulysses a um amigo na última terça-feira. A sugestão oferecida ontem por Fernando Henrique Cardoso não chegou a ser examinada pela executiva do PMDB, mas Ulysses se comprometeu a conversar sobre o assunto com Sarney.

— Temos hoje duas palavras mágicas: transição e Constituinte. Tudo devemos fazer para preservar as duas coisas — decretou Ulysses durante a reunião.

Preservá-las é possível — não será fácil, no caso da Constituinte, evitar que ela seja alcançada pelos efeitos da crise política irrompida com a liquidação formal da Aliança Democrática. Alguns efeitos já podem ser percebidos na órbita da Comissão de Sistematização, que vota o projeto de Constituição de Cabral. Ali, como resultado da implosão do PFL, que ainda não decidiu se continuará ou não apoiando o governo, deixou de existir uma eficiente articulação entre os parlamentares considerados moderados.

"O centro e a direita na Comissão estavam de acordo em votar juntos nas principais questões — disserta Cabral. "A crise desarticulou-os por completo. Ninguém se entende mais".

A desarticulação foi responsável pela aprovação do artigo do projeto de Constituição que garante o emprego "contra demissão imotivada" — uma forma de estabilidade adotada por Cabral. A aprovação da emenda que determina o pagamento em dobro do atual valor da hora extra de trabalho pode já ser resultado de uma nova

postura do PFL, por enquanto ainda em fase de gestação, a de alinhar-se com a esquerda na comissão para avaliar propostas mais progressistas.

"O governo arrisca-se a ver o que pode vir a significar na Comissão de Sistematização a perda do apoio do PFL às suas posições", ameaçou ontem um deputado do partido, eleito no Centro-Sul.

De fato, ali, a depender da evolução da crise política e do caminho adotado por Sarney para saná-la, tudo pode acontecer. "Podemos, por exemplo, ajudar na aprovação da reforma agrária que assusta o governo e que é combatida pela UDR", antecipa o deputado Alceni Guerra (PFL-PR). Pode o PFL, como admite seu líder na Câmara, deputado José Lourenço, aliar-se com a esquerda para aprovar uma política de comunicações diferente da que está proposta no projeto de Cabral.

"Aprendi com o ministro Antônio Carlos Magalhães que só se briga com o governo no seu último ano de duração", provoca José Lourenço.

Na medida em que a nota distribuída ontem pela executiva do PMDB não se comprometeu a acatar o pedido de Sarney de manutenção do presidencialismo até o fim do seu governo, os parlamentaristas do partido voltaram a se animar. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), um dos mais ativos entre eles, imagina que Sarney acabará aceitando a adoção do parlamentarismo a conta-gotas, a partir de 1988, como único meio de exorcizar o risco de ter seu mandato reduzido para quatro anos por iniciativa da esquerda de todos os partidos, de comum acordo com o pedaço do PFL que se prepara para desembarcar do governo.

Constituição a longo prazo

O deputado Bernardo Cabral fez e refez os cálculos e apurou: a votação mais rápida, no âmbito da Comissão de Sistematização, leva, em média, 17 minutos. Assim mesmo, quando é conduzida pelo experiente deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ). "No ritmo atual, só no início do próximo ano a Comissão terá votado todos os artigos do projeto", assegura Cabral. O ritmo poderá ser acelerado se começar a funcionar, na próxima semana, o sistema eletrônico de votação da Câmara.

Pinga-fogo

- O deputado Ulysses Guimarães será obrigado a conceder uma segunda prorrogação do prazo que tem a Comissão de Sistematização para votar o projeto de Constituição de Cabral.
- No seu 21º dia de funcionamento, a Comissão ainda se ocupava ontem do 6º artigo do anteprojeto. Falta examinar 330.
- A liderança do PMDB na Constituinte alterou o comportamento adotado até aqui. Não mais fará acordos com os demais partidos para a votação do projeto de Ca-

bral. Vai se limitar a informá-los sobre como votará.

• Do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE): "A esquerda organizada na Constituinte não passa de gigolô do ABC paulista. Nunca trabalhou na vida e não conhece o Brasil real."

• Do radical de Araxá, depois da reunião de ontem da executiva do PMDB: "Quero que reprimem o pronunciamento de Sarney na televisão."

Ricardo Noblat